



DISCURSO DE ABERTURA DO XVI ENCONTRO NACIONAL 2024

DISCURSO DE ABERTURA DO XVI ENCONTRO NACIONAL

A coordenação do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa saúda os participantes do XVI Encontro Nacional de Fóruns.

Saudamos e desejamos boas-vindas aos que compõem os Fóruns que compõem o Fórum Nacional.

Fórum Permanente da Política Estadual da Pessoa Idosa do Acre (ACRE),

Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas (AMAZONAS),

Fórum Permanente de Defesa da Pessoa Idosa (BAHIA),

Fórum Cearense de Políticas para o Idoso - (CEARÁ),

Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (DISTRITO FEDERAL),

Fórum Paranaense da Pessoa Idosa (PARANÁ),

Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO).

Saudamos também a todos os convidados e os que participam através de nossas redes sociais.

Estamos na realização do XVI Encontro Nacional de Fóruns, fazendo jus à nossa história.

Somos uma articulação de Fóruns, que trabalham as lideranças da sociedade civil do segmento. Num universo do segmento idoso constituído por todos os matizes, somos um movimento social, com independência e autonomia, no processo de conquista e defesa dos direitos da pessoa idosa, desde a nossa Carta de Princípios.

Reafirmamos, sempre, nosso formato INSTITUINTE, onde as demandas do segmento se transformam em lutas e conquistas por direitos e políticas públicas, fazendo avançar as estruturas existentes nas esferas INSTITUÍDAS.

O nosso tema deste ano, **“Políticas públicas em prol do Envelhecimento saudável com cidadania”**, Evidencia nossas demandas.

A longevidade é uma conquista que se consolida à medida em que há garantias de políticas públicas direcionado para um envelhecimento

saudável com cidadania, ressaltando a redução das desigualdades. É fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo pelas condições de melhoria de vida ao longo da existência, das políticas de proteção, das contribuições da ciência e das práticas de saúde e de trocas sociais significativas, bem como de convivência e cuidado.

Ressaltamos que, da mesma forma que ocorre com o trabalho da mulher, existe um trabalho invisível da pessoa idosa não computado pelo PIB. Podemos citar como contribuição para a economia, o trabalho de cuidado com os netos, liberando os mais jovens para o mercado de trabalho e o mercado de turismo, estimulando o consumo.

Estamos num momento histórico de recuperação dos estragos que as políticas neoliberais que nos foram impostas, trouxeram. Equivocadamente consideram o envelhecimento e as pessoas Idosas como um grupo privilegiado e um peso para o Estado. São Políticas que promovem a redução ou mesmo a anulação dos direitos e benefícios conquistados, para realizar os ajustes fiscais e as contrarreformas, para favorecer o capital e acentuar a exploração das classes trabalhadoras.

Reafirmamos, portanto, que nos contrapomos à CARTILHA DO BANCO MUNDIAL, onde se argumenta que o Brasil deve reformar sua Previdência Social. A Previdência foi reformada e não visualizamos melhoras para o segmento. Nossa tarefa é encontrar alternativas.

O desmonte da seguridade social pública e as privatizações de empresas e serviços públicos são o foco central dessa política neoliberal, para favorecer o mercado dos serviços sociais. Assim, o Sistema Financeiro importa mais que as necessidades humanas das pessoas idosas e dos demais trabalhadores.

As violências contra as pessoas idosas se expressam de diferentes formas, tanto pelas instituições do Estado, como pelas instituições privadas. Dentre as violências, as mais denunciadas estão as que acontecem nas relações de poder na família, que se traduzem em agressões físicas, financeiras, psicológicas, de negligência, abandono e sexuais, especialmente contra mulheres idosas. Ressaltamos, porém a violência estatal, com a falta de recursos para o SUS, para o transporte, em especial e o não cumprimento das leis que beneficiam pessoas idosas.

As Idosas e idosos, que hoje fazem parte dos Fóruns, desde jovens se mobilizaram na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, na redução das desigualdades e na estruturação do Estado para promoção do bem-estar e da seguridade social, lutando para que não se tornasse um instrumento passivo de acumulação capitalista. Uma

das legislações fundamentais a assegurar direitos da pessoa idosa foi o Estatuto da Pessoa Idosa, lei 10.741, de 2003, proposta pelos movimentos sociais, encampada pelo Senador Paulo Paim e promulgada pelo Presidente Lula, e, neste ano de 2024, completando 21 anos!

Os desafios da longevidade, da transição demográfica, da defesa de direitos, da seguridade social para as pessoas idosas, bem como da sua cooptação por forças conservadoras, estão a exigir, com urgência, o fortalecimento dos Fóruns.

Fóruns que articulem, ao mesmo tempo, a participação do segmento nos conselhos, nos movimentos sociais, como na defesa de direitos no amplo leque evidenciado no Estatuto da Pessoa Idosa.

Reafirmamos: o envelhecimento é um fenômeno biológico normal, que atinge todos os organismos vivos e deve ser visto como desafio e não como justificativa para a retirada de direitos e efetivação de reformas como a Reforma da Previdência ou políticas antienvelhecimento. Portanto, consideramos a visão de que o envelhecimento será responsável pelo déficit nas contas públicas um equívoco.

Combateremos sempre estas visões estáticas, mecanicistas, expressas em gráficos, que levam em consideração apenas números captados do passado sem a necessária transposição para os tempos futuros, sem a apreensão do salto qualitativo presente nas análises históricas. Acreditamos que a humanidade recria constantemente seu vir a ser, na superação de seus desafios, como no atual momento, em que uma pandemia desafia a montagem dos gráficos estatísticos.

Então, reafirmamos que o problema do orçamento não está na aposentadoria, e no envelhecimento, mas no pagamento de juros de uma dívida que não contraímos e com a qual não concordamos!
AUDITORIA DA DÍVIDA JÁ!

Nesse sentido o Fórum Nacional compõe a Coordenação Regional de Organizações da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe sobre Envelhecimento e Velhice - Rede CORV. A REDE CORV tem como objetivo monitorar o cumprimento dos acordos internacionais sobre envelhecimento e fortalecer as redes nacionais de Pessoas Idosas e instituições da sociedade civil.

É preciso denunciar a retirada de direitos, a discriminação, como o etarismo, bem como a violência, promovendo o protagonismo político das idosas e dos idosos, inclusive levando em conta a experiência de luta e de vida. Militantes dos Fóruns têm acervo e substrato provenientes tanto das lutas pela democratização, como pela

experiência vivenciadas nos diversos governos, e também oriunda das reflexões sobre a política brasileira.

É urgente a construção de uma política integrada de garantia de direitos e de condições de vida para as pessoas idosas, em uma rede de proteção social, principalmente diante da avassalante pressão neoliberal. Profundas mudanças nas relações familiares e no mundo do trabalho estão configurando relações intergeracionais que rompem com os arranjos vividos no capitalismo industrial e na vida rural de mão obra intensa. Crucial é o debate sobre a política de cuidado, principalmente nas situações de dependência que se acentuam, inclusive, com a longevidade, ao mesmo tempo em que estão articuladas às histórias de trabalho e condições de desigualdade.

Fomentar a existência de ações e políticas voltadas para a valorização do legado da pessoa idosa: suas lutas, história, cultura, saberes e experiência acumulada, assegurando sua difusão de forma permanente e viabilizada por diferentes canais, com destaque especial para a voz das mulheres idosas que moram na periferia das cidades, campo e das florestas: mulheres negras, indígenas, LGBTQI+, ribeirinhas, deficientes e migrantes, cujas vozes foram secularmente silenciadas.

Temos claro que não é o neoliberalismo ou as contra reformas, mas a proteção social, como política de estado, que irá assegurar a vida e a convivência intergeracional, condicionada ao enfrentamento da desigualdade socioeconômica, política e cultural. Mais do que nunca, torna-se crucial a defesa da Seguridade Social, da Previdência Social Pública, do SUS, do SUAS, bem como da construção de uma rede integrada de serviços às pessoas idosas na efetivação da cidadania.

A velhice, portanto, não é peso nem doença. **É alavanca** ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e político.

Nossa tarefa é abrir caminhos para um envelhecimento digno conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal.

“Políticas públicas em prol do Envelhecimento saudável com cidadania”

Com estas reflexões, a COORDENAÇÃO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA dá por aberto o XVI ENCONTRO NACIONAL!

Em 17.11.2024